

Paranaguá Saneamento S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1.401 a 1.405, 1.409 e 1.410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Paranaguá Saneamento S.A.
Paranaguá - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Paranaguá Saneamento S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paranaguá Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

- **Redução ao valor recuperável das contas a receber**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, a Companhia revisa periodicamente sua posição de contas a receber com o objetivo de estimar a necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável (“Provisão”). Os critérios e metodologias para determinação da Provisão são documentados em políticas internas e exigem, por sua natureza, a utilização de julgamentos e premissas por parte da Companhia, que incluem análises sobre fatores externos e condições econômicas gerais, e internos, tais como histórico de pagamentos do devedor e considerações sobre acordos financeiros. Devido à relevância das contas a receber, ao grau de julgamento envolvido, ao nível de incerteza para a determinação da perda por redução ao valor recuperável e ao impacto que eventuais alterações nas premissas usadas em sua determinação poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Analisamos os critérios, premissas e dados utilizados pela Companhia para determinar os níveis de inadimplência atentando para políticas de recebimento de créditos de difícil liquidação em comparação com dados históricos e recalculamos o saldo de provisão com base no prazo de atraso das contas a receber. Consideramos também a adequação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o saldo da provisão de crédito de liquidação duvidosa é aceitável assim como as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

- **Gastos com ativo intangível**

Conforme notas explicativas nº 1 e 11, a Companhia assumiu compromissos relevantes vinculados ao contrato de concessão com o Poder Concedente que possuem uma combinação entre expansão e manutenção das infraestruturas. O negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem do contrato de concessão com o Poder Concedente, requer que a Companhia efetue investimentos relevantes na infraestrutura de sua concessão, os quais são classificados como ativo intangível. Devido ao grau de julgamento exercido pela Companhia para definir e alocar os gastos entre: (i) custos capitalizados do ativo intangível, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da rede; e (ii) despesas de manutenção incorridas, as quais são reconhecidas no resultado do exercício; e ao fato de que qualquer alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos na classificação dos gastos poderiam impactar as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.



Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos chave relacionados aos investimentos com a concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil entre custos capitalizados do ativo intangível e despesas de manutenção, controles de conclusão dos projetos e do processo de determinação do início do registro da amortização. Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas no modelo de avaliação econômico-financeira para quantificar o valor em uso das unidades geradora de caixa (UGC), afim de avaliar quanto a recuperabilidade do saldo registrado nas demonstrações financeiras (*carrying amount*). Com base em amostragem, para as adições ocorridas durante o exercício, consideramos a adequação da classificação dos valores dos investimentos entre ativo intangível e gastos com manutenção no resultado do exercício e também avaliamos a natureza desses investimentos. Adicionalmente, avaliamos o processo de transferência dos projetos em andamento para as contas definitivas para determinar o início do registro da amortização. Consideramos também a adequação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sintetizados, consideramos que o saldo do ativo intangível é aceitável bem como as divulgações incluídas nas demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

- **Recuperabilidade do ativo fiscal diferido**

Conforme mencionado na nota explicativa 20 às demonstrações financeiras, os ativos fiscais diferidos da Companhia foram constituídos sobre diferenças temporárias, essencialmente decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da contribuição social acumulados com base na existência de probabilidade razoável de que haverá lucro tributável futuro para a utilização de tais ativos. A Companhia considera o limite dos lucros tributáveis futuros disponíveis até ao final da concessão para compensação de tais perdas limitado a 10 anos. Para a sua avaliação a Companhia utilizou de julgamentos e premissas, tais como realização das projeções de valores de receita de serviços prestados, custos, despesas administrativas e financeiras. Devido ao grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas, e do impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.



Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Obtivemos o entendimento dos controles internos chave relacionados às projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração. Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas utilizadas pela Companhia nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como crescimento das vendas, diminuição dos custos e despesas, bem como comparamos certos dados, quando disponíveis, com outras fontes externas e avaliamos a consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas tributários, consideramos a adequação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais na determinação da base de prejuízos fiscais e diferenças temporárias. Analisamos à data das demonstrações financeiras, as evidências que indicam a probabilidade de recuperação dos ativos fiscais diferidos, bem como aquelas que fundamentam os prazos estimados pela Companhia para sua utilização. Avaliamos ainda se as projeções da Companhia indicavam, para a parcela dos prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos como ativos fiscais diferidos, a existência de lucros tributáveis futuros, suficientes para permitir sua realização. Consideramos também a adequação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências obtidas consideramos aceitável o saldo do ativo fiscal diferido e as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 23 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

Paranaguá Saneamento S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	4.289	2.970	Fornecedores e outras contas a pagar	12	6.113	5.926
Outros investimentos		-	1.610	Empréstimos e financiamentos	13	12.495	163.250
Contas a receber e outros recebíveis	9	9.688	7.609	Provisões e encargos trabalhistas	15	2.102	2.218
Estoques		600	418	Obrigações fiscais		776	944
Impostos e contribuições a recuperar		301	163				
Despesas antecipadas		158	166	Total do passivo circulante		21.486	172.338
Total do ativo circulante		15.036	12.936	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	13	30.684	15.643
Realizável a longo prazo				Debêntures	14	143.168	-
Contas a receber e outros recebíveis	9	7	7	Provisão para contingências	16	654	265
Depósitos judiciais		982	993	Total do passivo não circulante		174.506	15.908
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	6.279	6.594	Patrimônio líquido	17		
Total do realizável a longo prazo		7.268	7.594	Capital social		28.236	28.236
Imobilizado	10	1.271	1.369	Prejuízos acumulados		(12.931)	(11.830)
Intangível	11	187.722	182.753	Total do patrimônio líquido		15.305	16.406
Total do ativo não circulante		196.261	191.716	Total do passivo		195.992	188.246
Total do ativo		211.297	204.652	Total do passivo e patrimônio líquido		211.297	204.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaguá Saneamento S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	21	69.932	65.944
Custo dos serviços prestados	22	<u>(38.052)</u>	<u>(34.795)</u>
Lucro Bruto		<u>31.880</u>	<u>31.149</u>
Despesas operacionais			
Comerciais	22	(3.147)	(4.049)
Administrativas e gerais	22	(16.317)	(15.129)
Outras (despesas) receitas		<u>(2)</u>	<u>1</u>
		<u>(19.466)</u>	<u>(19.177)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>12.414</u>	<u>11.972</u>
Receitas financeiras	23	1.615	1.676
Despesas financeiras	23	<u>(14.815)</u>	<u>(30.597)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(13.200)</u>	<u>(28.921)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(786)</u>	<u>(16.949)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	<u>(315)</u>	<u>5.740</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u><u>(1.101)</u></u>	<u><u>(11.209)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaguá Saneamento S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Prejuízo líquido do exercício	<u>(1.101)</u>	<u>(11.209)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(1.101)</u></u>	<u><u>(11.209)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaguá Saneamento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Lucros prejuízos	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2016		28.236	(621)	27.615
Prejuízo líquido		-	(11.209)	(11.209)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	17	<u>28.236</u>	<u>(11.830)</u>	<u>16.406</u>
Prejuízo líquido		-	(1.101)	(1.101)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	17	<u><u>28.236</u></u>	<u><u>(12.931)</u></u>	<u><u>15.305</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaguá Saneamento S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(1.101)	(11.209)
Ajustes para:		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	522	1.758
Depreciação e amortização	10.341	9.693
Resultado na venda de imobilizado	31	37
Provisão para contingências	389	116
Imposto de renda e contribuição social diferidos	315	(5.740)
Juros sobre atualização de clientes e outros investimentos	(1.450)	(1.384)
Juros incorridos de empréstimos e financiamentos	10.916	27.979
	19.963	21.250
Variações em:		
(Aumento) redução em contas a receber e outros recebíveis	(1.025)	1.856
(Aumento) em estoques	(182)	(100)
(Aumento) redução em impostos e contribuições a recuperar	(138)	41
Redução em despesas antecipadas	8	209
Redução em depósitos judiciais	11	36
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	187	(1.374)
(Redução) aumento em provisões e encargos trabalhistas	(116)	697
(Redução) aumento em obrigações fiscais	(168)	44
	18.540	22.659
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(24.264)	(13.392)
Fluxo de caixa (usado nas) proveniente das atividades operacionais	(5.724)	9.267
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativos imobilizado	(377)	(173)
Aquisições de ativo intangível	(14.866)	(14.123)
Outros investimentos	1.484	(879)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	(13.759)	(15.175)
Fluxo de caixa das atividade de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos tomados	163.350	89.950
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(142.548)	(82.023)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos	20.802	7.927
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.319	2.019
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	2.970	951
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4.289	2.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Paranaguá Saneamento S.A. "Companhia", anteriormente denominada CAB Águas de Paranaguá S.A. localizada na Avenida Vieira dos Santos, nº 333, na cidade de Paranaguá, estado do Paraná, tem como objeto social a prestação de serviços públicos de saneamento básico de água e esgotamento sanitário, compreendendo a captação de água para abastecimento, sua distribuição, operação, conservação e manutenção, além da coleta, tratamento e exploração de esgotos, podendo, ainda, participar em outras sociedades, como acionistas ou quotistas, observando o artigo 211 da constituição do Estado do Paraná. A Paranaguá Saneamento S.A. iniciou suas atividades em março de 1997, com a assinatura do contrato de subconcessão da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e esgotos sanitários no perímetro urbano da cidade de Paranaguá no estado do Paraná. Em maio de 2008, o controle foi adquirido pela Iguá Saneamento S.A., juntamente com o contrato de subconcessão.

O prazo original da subconcessão era de 1996 à 2025, entretanto, em 30 de novembro de 2011, foi celebrado o décimo quarto termo aditivo ao Contrato de Subconcessão, no qual o prazo do contrato ficou aditado em mais 240 (duzentos e quarenta) meses a partir da data original de expiração. Considerando o aditivo, o encerramento da subconcessão será em 2045.

A Companhia tem previsão orçamentária para realizar investimentos e consequentemente cumprir as metas contratuais. Passou por um período de desaceleração de projetos de eficiência operacional e alongamento de investimentos em virtude da situação econômico financeira da época e está retomando os investimentos já neste exercício, pois em 20 de julho de 2017, foram concluídas as operações previstas no Acordo de Investimentos e Outras Avenças, firmado em 17 de novembro de 2016 entre a controladora, a Galvão Participações S.A. (em recuperação judicial) e o BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, juntamente com o Banco Votorantim S.A. e a RKP BRL Investments I LLC; sendo efetivadas as operações:

- a) A controladora da Companhia (i) alterou a razão social de Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental para Iguá Saneamento S.A.; (ii) alterou a composição acionária e passou a ser controlada pela Iguá Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, e desta forma, a composição do capital social da controladora passou a ser:

	Participação
Iguá Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	84,18%
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	15,82%
Total	100,00%

(iii) aumentou o capital social no montante de R\$ 255.914, sendo R\$ 185.914 mediante capitalização dos créditos detidos pela Iguá Fundo de Investimentos em Participações

Multiestratégica relativos às cédulas de crédito e debêntures da controladora no valor total de R\$ 102.682 e R\$ 83.232, respectivamente e R\$ 70.000 em moeda corrente;

- b)** Reperfilamento das dívidas do Grupo Iguá restabelecendo a capacidade de liquidez de curto prazo, fato este que favorece a retomada de crédito com as instituições financeiras, compreendendo à Companhia o aditamento ao contrato de capital de giro junto ao Itaú Unibanco S.A., a emissão de cédula de crédito junto ao Banco Bradesco S.A. liquidada juntamente com as notas promissórias conforme mencionado na nota explicativa nº 13 por meio da emissão de debêntures conforme nota explicativa nº 14; e
- c)** Aprovação do Plano de Negócio 2017/2022 o qual reflete a continuidade operacional da Companhia e do Grupo Iguá.

Diante deste cenário, a Companhia entende que suas operações, atreladas a todas as premissas mencionadas, serão suficientes para gerar caixa positivo e cumprir com todas as obrigações contratuais e financeiras para os próximos doze meses, podendo consequentemente prosseguir com os projetos de eficiência operacional, inovação e modernidade de gestão, bem como realizar novos investimentos.

O exercício social da Companhia encerra em 31 de dezembro de cada ano.

2 Base de apresentação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 23 de março de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 9 - realização de contas a receber e outros recebíveis;
- Nota explicativa 11 - vida útil do ativo intangível resultante do contrato de concessão e teste de redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis;
- Nota explicativa 16 - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa 20 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração do valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa 19 - instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Receita operacional

(i) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas como contas a receber de clientes/ receita operacional com base em estimativas mensais dos serviços completados.

(ii) Outros serviços indiretos de água e esgoto

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se a prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

(iii) Contratos de concessão de serviços e construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sobre contrato de concessão é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico ICPC 01(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC).

A Companhia é remunerada pelos usuários dos serviços públicos e portanto, a receita é determinada mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A Companhia estimou que tal margem é irrelevante, considerando-a zero.

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência e está diretamente relacionada ao respectivo ativo intangível formado.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

b) Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego.

c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- juros sobre aplicações financeiras e outros investimentos;
- juros sobre atualização de impostos a recuperar;
- juros sobre contas a receber de clientes;
- descontos obtidos;
- comissões e despesas bancárias;
- despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures; e
- Outras receitas / despesas.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de renda do imposto e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

f) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g) Ativos intangíveis

(i) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, pois o contrato de concessão não transfere o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços

públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo estes revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a um direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção e custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

A amortização é efetuada linearmente durante o prazo da concessão e não excede os prazos de concessão.

(ii) Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iv) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. As vidas úteis estão descritas na nota explicativa 11.

h) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos do caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Concessão

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão de saneamento básico quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de saneamento básico ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

i) Capital social

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

j) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/ recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou

- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

l) Provisão de manutenção - Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento das concessões vigentes, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2017 com relação a este assunto.

m) Arrendamentos

(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, a Companhia determina se um contrato é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

(ii) Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

(iii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

n) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos da captação de recursos de terceiros são capitalizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos e Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmio na Emissão de Títulos, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

o) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no

mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 4(a)).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

Espera-se que as seguintes normas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial:

a) Impactos da adoção do CPC 48 e CPC 47

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia já avaliou o impacto estimado da aplicação inicial de tais pronunciamentos em suas demonstrações financeiras. O impacto estimado da adoção dessas normas sobre o

patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018 baseia-se em avaliações realizadas até a data de emissão destas demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018 podem ser diferentes pois:

- As novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

Em relação ao CPC 47 e 48, embora a Companhia tenha critérios de mensuração a atender, não houveram impactos significativos.

b) CPC 48 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação - Ativos Financeiros

O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber, empréstimos, investimentos em títulos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais que são mensurados a valor justo.

(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; a Companhia optou por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão ocorrer para os recebíveis do contrato de concessão no modelo do CPC 48. Com base na metodologia de *impairment*, a Companhia estimou que a aplicação dos requerimentos de *impairment* do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 resultará em perdas por redução ao valor recuperável como segue:

Contas a receber e outros recebíveis

No contrato de concessão, a carteira de recebíveis foi analisada pelo modelo de "rolagem", onde foi calculada a probabilidade de cada recebível se tornar inadimplente, considerando grupos de contrapartes e recebíveis com características semelhantes de risco, conforme abordagem simplificada estabelecida pelo CPC 48. Nestas circunstâncias, os recebíveis com atrasos superiores a 180 dias serão considerados 100% na provisão de perda do valor recuperável e para as demais faixas de vencimento provisiona-se a perda esperada baseada na inadimplência histórica dos últimos três anos.

(iii) Classificação - Passivos Financeiros

O CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em outros resultados abrangente (ORA); e

- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia não designou e não pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

(iv) Divulgações

A CPC 48 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

(v) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da CPC 48 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:
 - A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
 - A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR).
 - A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação como valor justo por meio de outros resultados abrangente (VJORA).

c) CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

A CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A Programas de Fidelidade com o Cliente.

(i) Prestação de Serviços

A Companhia está envolvida na gestão dos sistemas de saneamento básico, bem como na execução de serviços relacionados. Se os serviços forem prestados em diferentes períodos de apresentação, a contraprestação é atribuída a cada serviço com

base de valor justo relativo dos diferentes serviços. Receitas de serviços são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia.

De acordo com o CPC 47, o total da contraprestação desses contratos de serviço deverá ser atribuído aos serviços com base em seus preços de venda individuais. Os preços de venda individuais serão determinados com base na tabela de preços que a Companhia utiliza para transações de venda de cada serviço separadamente.

Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente similares. Portanto, a Companhia não espera que a aplicação do CPC 47 resulte em diferenças significativas no momento do reconhecimento da receita para esses serviços.

(ii) Contratos de Construção

A receita contratual inclui atualmente o valor inicial acordado no contrato mais quaisquer alterações no trabalho contratado, pleitos e pagamentos de incentivos, à medida em que seja provável que resultem em receita e possam ser mensurados de forma confiável. Quando um pleito ou alteração é reconhecida, a medição do progresso do contrato ou do preço do contrato é revisada e a posição acumulada do contrato é reavaliada em cada período de relatório.

Segundo o CPC 47, pleitos e alterações serão incluídas na contabilização do contrato quando aprovados.

Com base na sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação do CPC 47 tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras em relação aos contratos de construção já concluídos e sem pleitos aprovados.

(iii) Transição

A Companhia planeja adotar o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos do CPC 47 ao período comparativo apresentado.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 48 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

d) CPC 06 (R2) 16 Arrendamentos

A CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo

com as CPC e apenas para entidades que aplicam a CPC 47 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da CPC 06 (R2).

A CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia está em processo de conclusão do potencial impacto em suas demonstrações financeiras e ainda não completou sua avaliação detalhada. A aplicação da CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a CPC 06 (R2) substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros da Companhia.

A Companhia espera que a adoção da CPC 06 (R2) não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) em financiamentos descritos na nota explicativa 13.

(i) Determinar se um contrato contém um arrendamento

Na transição para a CPC 06 (R2), a Companhia pode optar por:

- Aplicar a definição de um contrato de arrendamento da CPC 06 (R2) para todos os seus contratos; ou
- Aplicar um expediente prático e não reavaliar se um contrato é, ou contém, um arrendamento.

A Companhia planeja aplicar o expediente prático com relação a definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará a CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que seriam identificados como arrendamentos de acordo com a IAS 17 e a IFRIC 4.

(ii) Transição

Como arrendatário, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- Abordagem retrospectiva; ou
- Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos.

A Companhia pretende aplicar a CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Ao aplicar a abordagem retrospectiva modificada para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17, o arrendatário pode eleger, para cada contrato de arrendamento, se aplicará uma série de expedientes práticos na transição. A Companhia está avaliando o impacto potencial da utilização desses expedientes práticos.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

e) Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

8 Caixa e equivalentes de caixa

Veja política contábil na nota explicativa 6 (h).

	2017	2016
Caixa	10	4
Saldo bancário	1.804	2.966
Aplicações financeiras	2.475	-
Total	4.289	2.970

As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimentos com remuneração média anual atrelada ao CDI de 9,72% com previsibilidade de resgate imediato.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a caixa e equivalentes de caixa estão incluídas na nota explicativa 19.

9 Contas a receber e outros recebíveis

Veja política contábil na nota explicativa 6 (h).

	Nota	2017	2016
Contas a receber		7.976	7.257
Adiantamentos		1.482	88
Partes relacionadas - operações mensais	24	72	107
Outros		165	164
Circulante		9.688	7.609
Não circulante		7	7
Total		9.695	7.616

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito, de mercado, mensuração do valor justo e perdas por redução ao valor recuperável relacionados ao contas a receber e outros recebíveis está divulgada na nota explicativa 19.

10 Imobilizado

Veja política contábil na nota explicativa 6 (f).

a. Conciliação do valor contábil

	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2016	200	904	732	1.796	3.632
Adições	11	16	131	15	173
Saldo em 31 de dezembro de 2016	211	920	863	1.811	3.805
Adições	32	57	281	7	377
Saldo em 31 de dezembro de 2017	243	977	1.144	1.818	4.182
Depreciação					
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(100)	(568)	(583)	(740)	(1.991)
Adições	(20)	(65)	(75)	(285)	(445)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(120)	(633)	(658)	(1.025)	(2.436)
Adições	(25)	(65)	(100)	(285)	(475)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(145)	(698)	(758)	(1.310)	(2.911)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2016	91	287	205	786	1.369
Em 31 de dezembro de 2017	98	279	386	508	1.271

11 Intangível

Veja política contábil na nota explicativa 6 (g).

a. Conciliação do valor contábil

	Intangível ICPC 01 (R1) (i)	Concessão (ii)	Software	Total
Custo				
Saldo em 1º de janeiro de 2016	189.899	39.549	183	229.631
Adições	13.963	-	160	14.123
Baixa	(37)	-	-	(37)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	203.825	39.549	343	243.717
Adições	14.860	-	6	14.866
Baixa	(31)	-	-	(31)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	218.654	39.549	349	258.552
Amortização				
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(44.407)	(7.188)	(121)	(51.716)
Adições	(8.127)	(1.091)	(30)	(9.248)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(52.534)	(8.279)	(151)	(60.964)
Adições	(8.726)	(1.090)	(50)	(9.866)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(61.260)	(9.369)	(201)	(70.830)
Valor líquido contábil				
Em 31 de dezembro de 2016	151.291	31.270	192	182.753
Em 31 de dezembro de 2017	157.394	30.180	148	187.722

(i) Intangível ICPC 01 (R1)

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2016		2017		
		Custo	Adições	Baixa	Transferência	Custo
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5,44	69.178	126	-	-	69.304
Rede de Esgoto	4,08	104.613	6.572	-	6.931	118.116
Rede de Água	4,29	20.155	3.983	(5)	1.095	25.228
Máquinas, aparelhos e equipamentos	17,68	1.090	27	-	189	1.306
Obras em andamento		6.383	4.152	(26)	(8.215)	2.294
Custo de empréstimos	5,00	1.553	-	-	-	1.553
Outros		853	-	-	-	853
Total		203.825	14.860	(31)	-	218.654

(*) Os prazos de amortização não excedem os prazos das concessões.

(ii) Concessão

Refere-se ao direito de exploração de contrato de concessão adquirido de terceiro.

O laudo de avaliação foi desenvolvido considerando as metodologias específicas de avaliação estabelecidas pela empresa especializada independente e premissas definidas e fornecidas pela Companhia, considerando projeções de receitas, despesas, conforme apresentado a seguir:

	Prazo final da concessão	Prazo remanescente - anos	Custo contábil	Amortização		Saldo líquido	
				2017	2016	2017	2016
Intangível de concessão	2045	28	39.549	(9.369)	(8.279)	30.180	31.270

A seguir detalhamos o valores de intangível e concessão registrados pela Companhia:

- a. Em maio de 2008, a CAB Paranaguá S.A. adquiriu 100% das ações representativas do capital da empresa Águaspar S.A., na qual possuía a quase totalidade das ações da Paranaguá Saneamento S.A., com exceção de 4 (quatro) ações preferenciais pertencentes aos membros do Conselho de Administração da Paranaguá Saneamento S.A., pelo valor de R\$ 59.133, tendo apurado uma mais valia pelo direito de exploração da concessão no valor de R\$ 39.549 conforme estudo efetuado por empresa especializada.

Por meio de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da CAB Paranaguá S.A. pela Águaspar S.A. e, posteriormente, a incorporação da Águaspar S.A. pela Paranaguá Saneamento S.A., e a mais valia (concessão), gerada na aquisição desse investimento, foi classificada no ativo intangível. A Companhia está amortizando este intangível linearmente pelo prazo da concessão.

b. Amortização

O ativo intangível, registrado na rubrica intangível ICPC 01 (R1), refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou a data de término das obras.

c. Teste por redução ao valor recuperável

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2017.

12 Fornecedores e outras contas a pagar

Veja política contábil na nota explicativa 6 (h).

	Nota	2017	2016
Fornecedores diversos		3.509	4.517
Partes relacionadas - operações mensais	24	756	654
Adiantamentos		225	137
Outras contas a pagar		1.623	618
Total		6.113	5.926

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de liquidez e mensuração do valor justo relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa 19.

13 Empréstimos e financiamentos

Veja política contábil na nota explicativa 6 (h).

Linha de Crédito	Nota	Indexador	Juros		Vencimento	2017	2016
			médios a.a. (%)				
BNDES - parte relacionada	24	TJLP	8,40		2018 a 2024	16.023	19.799
Nota promissória		CDI	17,50		2016	-	105.662
Capital de Giro		CDI	11,93		2019	19.313	21.065
Leasing			15,00		2018	20	121
Conta corrente - partes relacionadas	24					7.999	32.489
(-) Custo de transação						(176)	(243)
Circulante						12.495	163.250
Não circulante						30.684	15.643
Total						43.179	178.893

Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez, mensuração do valor justo e uma análise de sensibilidade decorrentes destes financiamentos, veja nota explicativa 19.

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

O financiamento junto ao BNDES é garantido por fiança bancária.

No contrato de capital de giro a controladora Iguá Saneamento S.A. é co-devedora.

No contrato de *leasing*, a controladora Iguá Saneamento S.A. é devedora solidária e responsável juntamente com a Companhia pelo cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principal e acessórias.

Em 19 de maio de 2017, foi firmado termo aditivo ao capital de giro pela Companhia, prorrogando o vencimento da dívida da seguinte maneira: pagamentos intermediários de juros limitados a R\$ 500 a se realizar em 21 de maio de 2018 e 21 de novembro de 2018 e liquidação do saldo devedor total em 21 de maio de 2019.

Em 04 de julho de 2017, a Companhia emitiu cédula de crédito ponte junto ao Banco Bradesco S.A. no montante de R\$ 24.500, pelo prazo de 62 dias e juros remuneratórios de 100% do CDI, liquidada juntamente com o saldo devedor das notas promissórias mediante emissão das debêntures, conforme mencionado na nota explicativa 14.

Os empréstimos e financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

31 de dezembro de 2017	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 83 meses
BNDES (*)	16.023	4.029	3.827	2.197	2.197	1.517	2.256
Capital de Giro	19.313	500	18.813	-	-	-	-
Leasing	20	20	-	-	-	-	-
Conta corrente - partes relacionadas	7.999	7.999	-	-	-	-	-
Total	43.355	12.548	22.640	2.197	2.197	1.517	2.256

31 de dezembro de 2016	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 95 meses
BNDES (*)	19.799	3.999	3.934	3.934	3.934	3.934	64
Nota promissória	105.662	105.662	-	-	-	-	-
Capital de giro	21.065	21.065	-	-	-	-	-
Leasing	121	101	20	-	-	-	-
Conta corrente - partes relacionadas	32.489	32.489	-	-	-	-	-
Total	179.136	163.316	3.954	3.934	3.934	3.934	64

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

A seguir é apresentado o montante de custos de transação registrado em financiamentos, a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

31 de dezembro de 2017	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 83 meses
Financiamentos	176	53	39	28	23	17	16

31 de dezembro de 2016	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 95 meses
Financiamentos	243	66	53	39	28	23	34

b. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	Passivos		Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	
Saldos em 1 de dezembro de 2017	178.893	-	178.893
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Emissão de cédula de crédito	24.500	-	24.500
Emissão de debêntures	-	138.850	138.850
Amortização de principal	(118.058)	-	(118.058)
Pagamento de conta corrente - partes relacionadas	(24.490)	-	(24.490)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(118.048)	138.850	20.802
Outras variações			
Provisão de juros	6.598	4.318	10.916
Pagamento de juros	(24.264)	-	(24.264)
Total de outras variações	(17.666)	4.318	(13.348)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	43.179	143.168	186.347

14 Debêntures

Veja política contábil na nota explicativa 6 (h).

Linha de crédito	Indexador	Juros		Vencimento	2017	2016
		médios a.a. (%)				
Debêntures	CDI	12,93		2018 a 2025	143.168	-

As garantias das debêntures emitidas pela Companhia consistem (i) em garantia fidejussória em favor dos titulares das debêntures, por meio de carta de fiança firmada pela controladora Iguá Saneamento S.A. na condição de fiadora, tornando-se devedora solidária e principal pagadora da totalidade dos valores devidos até a final quitação das debêntures; (ii) totalidade das ações da Companhia, bem como todas as novas ações que sejam subscritas e integralizadas; e (iii) totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros de titularidade da Companhia, emergentes do contrato de concessão.

Em 04 de setembro de 2017, a Companhia emitiu 140.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R\$ 140.000 e valor nominal de R\$ 1, observado que o montante de R\$ 137.000 será colocado sob o regime de garantia firme de colocação e o montante de R\$ 3.000 será colocado sob o regime de melhores esforços de colocação, com prazo de vencimento de 96 meses contados da data de emissão, com carência de principal de 3 anos e de juros de 2 anos e pagamentos semestrais a partir do final do período de carência e taxa de juros remuneratórios correspondente a 100% do CDI na base 252 dias úteis, acrescida exponencialmente de um *spread* de 3% ao ano, cujos recursos capitados foram destinados para liquidação das notas promissórias e cédulas de créditos emitidas pela Companhia.

As debêntures possuem os seguintes vencimentos:

31 de dezembro de 2017	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 93 meses
Debêntures	143.168	-	-	13.014	26.028	26.028	78.098

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez e uma análise de sensibilidade decorrentes dessas debêntures, veja nota explicativa 19.

15 Provisão e encargos trabalhistas

	2017	2016
Salários e ordenados	961	1.110
Provisão de férias	903	896
Encargos sociais	238	212
Total	2.102	2.218

16 Provisão para contingências

Veja política contábil na nota explicativa 6 (k).

A Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia a probabilidade de ter contra si a materialização de determinadas contingências passivas de naturezas trabalhistas, previdenciárias, ambientais, tributárias, cíveis e outras. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos.

A Companhia considera existir riscos efetivos e registrou em 31 de dezembro de 2017 provisão no valor de R\$ 654 (R\$ 265a em 31 de dezembro de 2016).

	Cíveis e trabalhistas	
	2017	2016
Saldo inicial	265	149
Adições	641	222
Reversões	(252)	(106)
Saldo final	654	265

Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza cível e trabalhista, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 17.906 (R\$ 11.456 em 31 de dezembro de 2016), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

17 Capital Social e Reservas

Veja política contábil nas notas explicativas 6 (i).

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2017 subscrito e integralizado está representado por 28.236.154 ações ordinárias nominativas (idêntico em 31 de dezembro de 2016), pertencentes aos seguintes acionistas:

	Em % de participação	
	2017	2016
Iguá Saneamento S.A.	100%	100%

b) Natureza e propósito das reservas

(i) Reservas de lucros

- Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foi constituída devido a apuração de prejuízo.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente a Lei 6.404/76 determina que deve ser no mínimo de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei.

18 Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2017	2016
Total do passivo	195.992	188.246
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(4.289)	(2.970)
(=) Dívida líquida	191.703	185.276
Total do patrimônio líquido	15.305	16.406
Índice de alavancagem em 31 de dezembro	12,53	11,29

19 Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	Valor contábil			Total	Valor Justo
		Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros		Nível 2
31 de dezembro 2017						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.475	-	-	2.475	2.475
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	1.814	-	1.814	
Contas a receber e outros recebíveis	9	-	9.695	-	9.695	
Total		-	11.509	-	11.509	
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Empréstimos e financiamentos (*)	13	-	-	43.355	43.355	
Debêntures	14	-	-	143.168	143.168	
Fornecedores e outras contas a pagar	12	-	-	6.113	6.113	
Total		-	-	192.636	192.636	
31 de dezembro 2016						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Outros investimentos		1.610	-	-	1.610	1.610
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	2.970	-	2.970	
Contas a receber e outros recebíveis	9	-	7.616	-	7.616	
Total		-	10.586	-	10.586	
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Empréstimos e financiamentos (*)	13	-	-	179.136	179.136	
Fornecedores e outras contas a pagar	12	-	-	5.926	5.926	
Total		-	-	185.062	185.062	

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

b) Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Para os demais passivos financeiros, o valor justo que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2017.

c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de preço.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber e outros recebíveis

A companhia tem atualmente recebíveis no segmento de saneamento.

Como principal mitigador o risco de crédito no contrato de concessão, a Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços e, além disso, existe cláusula contratual prevendo indenização em caso de renúncia do poder concedente, demonstrando o controle sobre os recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	8	4.289	2.970
Outros investimentos		-	1.610
Contas a receber e outros créditos (*)	9	8.213	7.528
Circulante		12.495	12.101
Não circulante		7	7
Total		12.502	12.108

(*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente aos adiantamentos.

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis na data das demonstrações financeiras foi a seguinte:

	2017	2016
A vencer	8.473	5.438
Vencidos de 1 a 30 dias	1.083	1.953
Vencidos de 31 a 90 dias	393	458
Vencidos de 91 a 120 dias	105	70
Vencidos de 121 a 180 dias	153	124
Acima de 180 dias	6.497	7.420
Total	16.704	15.463

Os valores acima apresentados não contemplam as provisões para perdas de crédito de liquidação duvidosa.

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

Saldo em 1º de janeiro de 2016	6.448
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	2.696
Valores baixados	(938)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.206
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	1.624
Valores baixados	(1.102)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	8.728

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é relacionada a vários clientes usuários dos serviços prestados de água e esgoto. É constituída pela provisão do saldo de contas a receber corrente em atraso acima de 180 dias, que indica que os clientes não devem pagar seus saldos e sobre os títulos renegociados cujos acordos não foram cumpridos.

A Companhia também constituiu provisão complementar para contas a receber corrente e renegociações a vencer e vencidos há menos de 180 dias proveniente de clientes que possuem fatura (s) inserida (s) na provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa.

Desta forma, a composição da provisão por perdas ao valor recuperável é a seguinte:

	2017
Provisão de títulos vencidos acima de 180 dias	6.497
Provisão sobre títulos a vencer e vencidos até 180 dias	2.231
Total	8.728

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição a risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2017	2016
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	12	5.888	5.789
Empréstimos e financiamentos (**)	13	43.355	179.136
Debêntures	14	143.168	-
Circulante		18.436	169.105
Não circulante		173.975	15.820
Total		192.411	184.925

(*) Não foi considerado o montante de outras contas a pagar referente adiantamentos.

(**) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 83 meses
31 de dezembro de 2017								
Fornecedores e outras contas a pagar	5.888	5.888	5.888	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	43.355	49.368	13.736	25.900	2.826	2.636	1.790	2.480
Debêntures	143.168	223.152	-	8.017	30.395	42.658	39.807	102.275
Total	192.411	278.408	19.624	33.917	33.221	45.294	41.597	104.755
31 de dezembro de 2016								
Fornecedores e outras contas a pagar	5.789	5.789	5.789	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	179.136	185.171	165.642	5.229	4.695	2.811	2.613	4.181
Total	184.925	190.960	171.431	5.229	4.695	2.811	2.613	4.181

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI e TJLP.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	Nota	2017	2016
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras	8	2.475	-
Outros investimentos		-	1.610
Total		2.475	1.610
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	13	35.336	146.526
Debêntures	14	143.168	-
Total		178.504	146.526

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo dos recebíveis de contratos de concessão, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2017	Risco	Cenários					
			Provável		Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos Financeiros								
Aplicações financeiras	2.475	CDI	6,62	164	8,28	205	9,93	246
Passivos financeiros								
BNDES - partes relacionadas	(16.023)	TJLP	6,75	(1.082)	8,44	(1.352)	10,13	(1.623)
Cédula de crédito	(19.313)	CDI	6,75	(1.304)	8,44	(1.630)	10,13	(1.956)
Debêntures	(143.168)	CDI	6,75	(9.664)	8,44	(12.083)	10,13	(14.503)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	(176.029)			(11.886)		(14.860)		(17.836)
Impacto no resultado e patrimônio líquido						(2.974)		(5.950)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2017	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos Financeiros								
Outros investimentos	2.475	CDI	6,62	164	4,96	123	3,31	82
Passivos financeiros								
BNDES - partes relacionadas	(16.023)	TJLP	6,75	(1.082)	5,06	(811)	3,37	(540)
Cédula de crédito	(19.313)	CDI	6,75	(1.304)	5,06	(977)	3,37	(651)
Nota promissória	(143.168)	CDI	6,75	(9.664)	5,06	(7.247)	3,37	(4.827)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	(176.029)			(11.886)		(8.912)		(5.936)
Impacto no resultado e patrimônio líquido						2.974		5.950

Fontes: a informação CDI foi extraída do Focus - Relatório de Mercado divulgado pelo BACEN, na data-base do último dia útil de dezembro de 2017 e a TJPL utilizada é a divulgada para o primeiro trimestre de 2018.

(v) Risco de preço

A estrutura tarifária cobrada dos consumidores é regulada pelo poder concedente, que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Determinadas situações permitem à Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

20 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Veja política contábil na nota explicativa 6 (d).

a) Valores reconhecidos no resultado do exercício

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Paranaguá Saneamento S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2017

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social						
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	16.978	18.144	-	-	(1.166)	4.282
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.211	1.036	-	-	175	744
Custo de transação de empréstimos	-	-	427	476	49	54
Imobilizado líquido - contratos de concessão	-	-	845	852	7	7
Direitos a faturar	-	-	925	1.016	91	70
Ágio sobre aquisições	-	-	10.261	10.632	371	371
Provisão para contingências	222	90	-	-	132	39
Outras provisões	326	300	-	-	26	173
	18.737	19.570	12.458	12.976	(315)	5.740
Compensação (*)	(12.458)	(12.976)	(12.458)	(12.976)	-	-
Total líquido	6.279	6.594	-	-	(315)	5.740

(a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais acumulados, considerando que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para compensação de tais perdas.

(*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Reconciliação da taxa efetiva	2017	2016
Resultado do exercício antes dos impostos	(786)	(16.949)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	267	5.763

Ajuste do imposto de renda e contribuição social

Despesas não dedutíveis	(20)	(9)
Utilização de prejuízos fiscais PERT	(562)	-
Outras	-	(14)

Imposto diferido	(315)	5.740
------------------	-------	-------

Alíquota efetiva	40%	(34%)
------------------	-----	-------

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

21 Receita operacional líquida

Veja política contábil na nota explicativa 6 (a).

Receita líquida	2017	2016
Saneamento	59.991	56.387
Construção	14.830	13.926
Serviços	3.281	2.889
Abatimentos e cancelamentos	(2.491)	(1.837)
Impostos sobre serviços	(5.679)	(5.421)
Total	69.932	65.944

22 Custos e despesas por natureza

Custos dos serviços prestados	2017	2016
Custo de construção	(14.830)	(13.926)
Depreciação e amortização	(8.892)	(8.082)
Materiais diretos	(5.113)	(5.704)
Materiais indiretos	(5.085)	(4.132)
Custos com pessoal	(4.961)	(3.939)
Crédito de Pis e Cofins	829	988
Total	(38.052)	(34.795)

Despesas comerciais	2017	2016
Despesa com pessoal	(2.125)	(2.041)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(522)	(1.758)
Outras despesas comerciais	(379)	(121)
Depreciação e amortização	(121)	(129)
Total	(3.147)	(4.049)

Despesas administrativas e gerais	2017	2016
Despesas com pessoal	(6.026)	(5.380)
Serviços contratados	(5.952)	(5.984)
Outras despesas	(3.011)	(2.283)
Depreciação e amortização	(1.328)	(1.482)
Total	(16.317)	(15.129)

23 Despesas financeiras líquidas

Veja política contábil na nota explicativa 6 (c).

	2017	2016
Receitas financeiras		
Juros sobre contas a receber de clientes	1.324	1.384
Juros de aplicações financeiras e outros investimentos	267	280
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	-	5
Descontos obtidos	15	4
Outras receitas financeiras	9	3
Total	1.615	1.676
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos e financiamentos	(10.916)	(27.979)
Comissões e despesas bancárias	(3.637)	(2.220)
Outras despesas financeiras	(262)	(398)
Total	(14.815)	(30.597)
Despesas financeiras líquidas	(13.200)	(28.921)

24 Partes relacionadas

a) Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A.

b) Remuneração de pessoal chave da administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados nas rubricas "Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas e gerais".

Remuneração de pessoal chave da Administração compreende:

	2017	2016
Remuneração da diretoria	2.061	1.029
Participação nos lucros e resultados	1.227	504
Encargos Sociais	658	307
Benefícios diretos e indiretos	68	28
Total	4.014	1.868

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

c) Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro 2016, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Paranaguá Saneamento S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2017

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Circulante						
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber	(Nota 9)	(Nota 9)	(Nota 12)	(Nota 12)		
Iguá Saneamento S.A.						
- Contrato de assistência técnica	(a)	-	232	230	(2.781)	(2.669)
- Centro de serviços compartilhados - CSC	(b)	-	-	-	(270)	(415)
Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados	(c)	72	107	524	57	274
Total		72	107	756	(2.994)	(2.810)
Em empréstimos e financiamentos			(Nota 13)	(Nota 13)		
Conta corrente	(d)	-	7.999	32.489	-	-
Financiamento - BNDES	(e)	-	4.029	3.999	(1.619)	(1.960)
Total		-	12.028	36.488	(1.619)	(1.960)
Não circulante						
Em empréstimos e financiamentos			(Nota 13)	(Nota 13)		
Financiamento - BNDES	(e)	-	11.994	15.800	-	-

- (a) Contrato de assistência técnica entre a Companhia e sua controladora com vigência até o término do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2017, o prazo remanescente é de 28 anos e as parcelas mensais a serem pagas equivalem a 5% da receita.
- (b) Refere-se a repasses de recursos em virtude de estrutura administrativa compartilhada.
- (c) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.
- (d) Refere-se ao contrato de conta corrente entre a Companhia e sua controladora Iguá Saneamento S.A., no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credora e devedora, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.
- (e) Refere-se ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, contendo maiores detalhes na nota explicativa nº 13.

25 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais são as seguintes:

	2017	2016
Seguro garantia	46.010	47.290
Patrimonial (riscos diversos + equipamentos)	20.246	34.946
Risco de Engenharia	-	7.131
Responsabilidade civil	500	500
Total	66.756	89.867

26 Compromissos

a) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a 5% da receita líquida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 2.400 (R\$ 2.326 em 31 de dezembro de 2016) referente ao direito de outorga variável.

b) Compromissos vinculados ao contrato de concessão administrativa

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia até 31 de dezembro de 2017 possui investimentos necessários aos compromissos contratuais.

A tabela abaixo apresenta os principais compromissos de investimentos da Companhia conforme contrato de concessão e seus aditivos estimados no Plano de Negócio.

<u>Companhia</u>	<u>Investimentos a realizar (*)</u>	<u>Metas específicas</u>
Paranaguá Saneamento S.A.	317.267	(i) redução do índice de perdas reais para 30% a partir de 2020; (ii) atingir meta de 100% de cobertura e tratamento do esgoto em 2021.

(*) Estão sendo apresentados os valores nominais de investimentos estimados pela Companhia para atingimento das metas específicas do contrato até o término da concessão que podem divergir dos investimentos reais.

O contrato firmado pela Companhia não prevê objetivamente obrigações de investimento, mas sim, execução de certos serviços nos prazos determinados em contrato, para que os indicadores e metas específicas sejam atingidas.

c) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

* * *

Composição da Diretoria e do Conselho de Administração

Presidente do Grupo

Gustavo Fernandes Guimarães - CEO

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores do Grupo

Cyrille Pierre Marie Joseph Brunotte - CFO

Diretor de Controladoria e Gestão do Grupo

Denilson de Paula Gonzaga

Diretoria

Luis Afonso Magliani Bazzo

Antônio Hércules Neto

Conselho de Administração

Gustavo Fernandes Guimarães
Cyrille Pierre Marie Joseph Brunotte
Jean Paul Cabral Veiga da Rocha

Contadora

Patricia Hirano Diz
CRC/SP nº SP-265232/O-9